

NEWSLETTER

2020-II

Nota Introdutória

Dando continuidade ao seu Programa de Atividades para o biénio 2019-2020, a Direção da APA publica agora o seu quarto número da Newsletter, aproveitando a oportunidade para desejar que todos os Associados se encontrem bem e que se mantenham em segurança nestes tempos difíceis que atravessamos.

A situação de emergência que continuamos a viver com a pandemia da COVID-19 obrigou o mundo a adaptar-se a uma nova realidade, implicando o recurso exponencial aos meios informáticos nas comunicações nos setores privado e público, incluindo na área da justiça. No mundo arbitral, assistimos a uma adoção generalizada de plataformas online para a realização de reuniões, conferências e encontros da comunidade e uma preferência pela utilização quase exclusiva de meios remotos na tramitação dos processos arbitrais quer domésticos, quer internacionais.

A tendência dos webinars e das conferências online veio definitivamente para ficar e nunca houve tanta oferta disponível gratuitamente à distância de um click, mesmo depois da realização do evento, sendo impossível dar aqui conta de todos os eventos que tiveram ou terão lugar neste último trimestre, escolhendo-se os mais representativos.

Uma chamada de atenção para a aprovação pela APA de um novo Código Deontológico do Árbitro e de um Código de Boas Práticas para Peritos em Arbitragem, que visam contribuir para o desenvolvimento ético da arbitragem em Portugal.

Conforme já deixámos dito no número anterior, o mundo mudou com a COVID-19 e a arbitragem não ficou imune a essas mudanças, que continuaremos a acompanhar com interesse.

A Direção da APA reitera o seu propósito de manter a Newsletter como um projeto aberto à colaboração de todos os Associados, reiterando o convite à participação, podendo os contributos ser enviados para o seguinte endereço: secretariado@arbitragem.pt.

Sofia Ribeiro Mendes, Coordenadora da Newsletter da APA

I. TEMAS DE ATUALIDADE

Legislação COVID-19

À Lei 1-A/2020, de 19 de março, referente a medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, alterada pela Lei 4-A/2020, de 6 de abril, sucedeu-se a Lei n.º 16/2020, de 29 de maio, que revogou o art. 7.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março e fez cessar o regime de suspensão dos prazos para a prática de atos processuais e procedimentais nas diferentes jurisdições, a partir da entrada em vigor desta lei em 3 de junho de 2020.

Novo Código Deontológico do Árbitro

A APA promoveu a adoção de um novo Código Deontológico que visou alargar o escopo do anterior Código Deontológico do Árbitro, consagrando as regras éticas que devem enformar a conduta dos árbitros, dos representantes das partes e de outros intervenientes que participam em arbitragens. O Código não se assume como um conjunto exaustivo de regras de conduta, mas antes como um quadro de referência, elaborado a partir das melhores práticas internacionais.

Código de Boas Práticas para Peritos em Arbitragem

Após divulgação e consulta aos associados, nomeadamente através de um webinar subordinado a esse tema, que contou com os contributos de Joaquim Sherman de Macedo, Paula Costa e Silva e Patrique Fernandes, a APA promove a adoção de um Código de Boas Práticas para Peritos em Arbitragem, que visa consagrar as regras éticas que devem enformar a conduta dos Peritos que participam em arbitragens. O Código pretende assegurar a objetividade e independência dos relatórios periciais, contribuindo para um reforço do seu valor probatório e para garantir a integridade do processo arbitral.

Revisão do Regulamento de Arbitragem da LCIA

O London Court of International Arbitration (LCIA) alterou recentemente o seu Regulamento de Arbitragem e o seu Regulamento de Mediação. As alterações efetuadas visam incorporar as mais recentes tendências e melhores práticas em arbitragem internacional, especialmente à luz da pandemia da Covid-19, que resultou num aumento das audiências remotas e de uma maior utilização da tecnologia. As alterações entraram em vigor no dia 1 de outubro de 2020.

Revisão do Regulamento de Arbitragem da ICC

A International Chamber of Commerce (ICC) procedeu à alteração do seu Regulamento de Arbitragem, que será publicamente lançado em 1 de dezembro de 2020, com entrada em vigor prevista para o dia 1 de janeiro de 2021. Publicou ainda recentemente uma Nota sobre mitigação dos efeitos adversos da COVID 19 nas arbitragens que correm termos sob a sua égide.

II. JURISPRUDÊNCIA

Acórdão da Relação de Lisboa de 11 de fevereiro de 2020
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/ce1938a36ea7e3188025851c0041dbcf?OpenDocument>)

O Tribunal da Relação de Lisboa proferiu em fevereiro uma decisão num recurso interposto numa arbitragem de medicamentos, só agora publicado no segundo semestre, que vale a pena consultar pela fundamentação muito detalhada acerca do âmbito do dever de revelação e a importância dos instrumentos de soft law, nomeadamente das Guidelines da IBA, na concretização do âmbito e alcance deste dever no direito Português, em que são identificados os argumentos a favor e contra a aplicação destas Guidelines nas arbitragens domésticas e nas arbitragens internacionais, concluindo a Relação de Lisboa pela essencialidade de atender ao seu conteúdo independentemente do tipo de arbitragem em presença para dignificação da arbitragem e da função de árbitro.

Acórdão da Relação de Lisboa de 18 de junho de 2020
(<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/03ecdfd338e5b18e80258593004f2be2?OpenDocument&Highlight=0,arbitragem>)

O Tribunal da Relação de Lisboa apreciou uma questão de alegada ineficácia de uma convenção de arbitragem decorrente da situação de impecuniosidade de uma das partes, ou seja, da sua debilidade económica para suportar os custos do processo arbitral, concluindo no sentido de dever ser permitido «*o recurso aos tribunais estaduais, não obstante a existência a uma convenção arbitral, sempre que (...) por culpa não imputável à parte, esta se veja colocada, supervenientemente, na impossibilidade de custear as despesas da arbitragem a que se comprometeu submeter o caso (...), pois se assim não for, face à impossibilidade de custear tais despesas, essa parte estará impossibilitada de obter justiça para o seu caso, isto é, ver-se-á impedido de ver satisfeito o seu direito de acesso à justiça para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos: melhor dizendo, num tal caso, a parte veria ser-lhe denegada justiça por insuficiência dos meios económicos*».

III. EVENTOS

6ª Edição do Open de Arbitraje 2020, organizado pela Associação Europeia de Arbitragem, realizou-se nos dias 7 e 8 de outubro, este ano em formato misto, e pode ser visualizado em <https://opendearbitraje.com/>.

X Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra – realizou-se nos dias 8, 9 e 10 de outubro, este ano no formato online e pode ser visualizado em <https://www.youtube.com/watch?v=AP7OGnFudys>.

3ª Edição da São Paulo Arbitration Week – realizou-se online entre 19 e 25 de outubro, destacando-se as seguintes conferências (<https://www.sparbitrationweek.com.br/>):

- “Arbitragem e Recuperação Judicial”, organizado pelo Comité Brasileiro de Arbitragem (CBAr) em parceria com a APA e com Catarina Monteiro Pires e Mariana França Gouveia, na no dia 22 de outubro (https://www.sympla.com.br/arbitragem-e-recuperacao-judicial__1008032)
- “Visões sobre o Futuro da Arbitragem na África, às 11h45 (São Paulo)/ 15h45 (Lisboa/Luanda)/ 16h45 (Maputo), no dia 22 de outubro com a participação de Carla

Gonçalves Borges e Catarina Monteiro Pires, Lino Diamvutu e Tomás Timbane e será moderado por José-Miguel Júdice (participação gratuita mediante registo).

- “Futuro da Prova na Arbitragem Internacional”, organizado pela CBMA, com a participação de Deva Villanúa, Filipa Cansado Carvalho, José Emilio Nunes Pinto, Matthieu de Boissésson, Rodrigo Garcia da Fonseca e Ricardo Loretti, no dia 22 de outubro, das 14h às 16h (exibido no canal do YouTube do CBMA: <https://lnkd.in/dZhthfr>).
- VII Jornada Luso Brasileira de Arbitragem, parceria entre o CAM-CCBC e o Centro de Arbitragem Comercial da CCIP – “Perícia no Processo Arbitral”, com a participação de Paula Costa e Silva, Francisco Cortez, Adriana Braguetta, João Bosco Lee, entre outros, que pode ser visualizado aqui (<https://www.youtube.com/watch?v=uAmcGEpvDrk>)

O primeiro ano da Lei de Arbitragem de Macau no auditório E32-020 da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, tendo como oradores Augusto Teixeira Garcia, Fátima Dermawan, Fernando Dias Simões. Hugo Duarte Fonseca e João Ilhão Moreira, transmissão via Zoom no dia 23 de outubro às 10h (hora de Lisboa), participação gratuita através de registo para joaomoreira@um.edu.mo. (<https://fil.um.edu.mo/first-year-of-the-new-macanese-arbitration-law/?lang=pt-pt>)

ArbIt Webinar “*Everything can be improved: the reform of Swiss international arbitration law*” - 28 de outubro 2020 (2:30-4:00PM CET) – evento grátis, inscrição em events@forumarbit.org

Apresentação da *PLMJ Arbitration Review*, n.º 4, via zoom, 12 de novembro de 2020 (18h-19h).

Webinar “Las nuevas Reglas de la ICC: una entrevista a Alexis Mourre por Deva Villanúa”, 19 novembro 2020, às 15h30, mais informação em <https://www.clubarbitraje.com/events/las-nuevas-reglas-de-la-icc-una-entrevista-a-alexis-mourre/>

18ª Conferência ICC Miami terá lugar online pela primeira vez entre os dias 9 e 13 novembro 2020, mais informação em <https://iccwbo.org/dispute-resolution-services/icc-arbitration-conferences/icc-miami-conference-on-international-arbitration/>.

IV. CURSOS

VI Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem promovido pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em formato on-line via a plataforma Zoom (17 de outubro 2020 -15 de maio 2021). Mais informação em: <https://www.cidp.pt/curso/vi-curso-de-posgraduacao-em-direito-da-arbitragem/87>.

V. PUBLICAÇÕES

Manual de Arbitragem Internacional Lusófona, volume I – Coordenação Catarina Monteiro Pires / Rui Pereira Dias, junho de 2020

O Favor arbitrandum- Ensaio de uma teorização - Lino Diamvutu, agosto de 2020

International Arbitration in Portugal – Ed. André Pereira da Fonseca, Dário Moura Vicente, Mariana França Gouveia, Alexandra Nascimento Correia, Filipe Vaz Pinto, setembro de 2020

Young Arbitration Review n.º 38, abordando vários temas ligados à arbitragem internacional, como os impactos da Covid-19 na arbitragem e nos investimentos, o tratado bilateral de investimento entre Portugal e Angola e a arbitragem internacional em Angola, a lei aplicável à convenção de arbitragem, e o tratado de investimento bilateral Índia-Brasil, entre outros.

“Journal of International Arbitration”, volume 37, n.º 5, que aborda temas como inovação e mudanças na arbitragem internacional, reconhecimento e execução de sentenças arbitrais, e a elaboração de cláusulas de arbitragem, entre outros.

“The International Journal of Arbitration, Mediation and Dispute Management”, Volume 86, n.º 3 do Chartered Institute of Arbitrators (CI Arb), que aborda temas como adaptação de contratos a longo prazo face a perturbações económicas graves, lei aplicável ao contrato, entre outros.